

EDITORIAL

É com imensa satisfação que trazemos a público o Volume 17, nº 1, da Revista Plures-Humanidades, uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro Universitário Moura Lacerda. Este número traz uma série de artigos voltados para as relações entre arte-educação, políticas públicas, prática e identidade docente, bem como artigos voltados para literatura, educação e infância. Identificar o prazer que a arte desperta, por exemplo, nos planos de ensino de futuros professores que irão atuar no ensino de música em escolas de educação básica é o que propõe Aparecida de Jesus Soares Pereira e Waldir da Silva, agregando ao processo educativo, o diferencial da busca humana e secular pelo lado agradável da vida.

Assim, no primeiro artigo denominado “O ensino de artes e ofícios no Brasil Colônia”, Renant Araújo Morais examina a trajetória do ensino de ofícios manuais no Brasil no período Colonial, compreendido entre 1530 e 1808. O autor trata de relatar os avanços e recuos do ensino de artes e ofícios, lembrando que este sofre as consequências de sua inserção no contexto mais amplo do processo de colonização. Considerando os espaços mais diversos que iam dos engenhos aos estaleiros, passando pelas missões jesuíticas, a pesquisa identifica a dualidade existente entre o ensino propedêutico destinado à elite da sociedade e ao ensino de artes e ofícios destinado aos pobres, desvalidos e órfãos. Remetendo a essa dualidade entre um ensino para a elite e outro para os pobres, a situação torna-se ainda mais agravante, uma vez que a própria estrutura econômica e social da colônia criou uma imagem negativa do trabalho manual, que também, em função do pacto colonial, restringiu o desenvolvimento por meio da proibição de instalações de manufaturas e vedação do livre comércio, que contribuiu ainda mais para o desenvolvimento bastante limitado do ensino de artes e ofícios na Era Colonial.

Na sequência, Fabiola Cristina Alves, no artigo: “O ‘estado da arte’ do ensino de artes visuais: novos e velhos desafios”, apresenta uma leitura sobre o “estado da arte” no ensino de artes, em especial, as artes visuais, mostrando as conquistas sociais que a área já alcançou e as velhas batalhas que permanecem. Na busca em prol de uma visão multicultural para o ensino das artes visuais, a pesquisa apresenta a relação professor/pesquisador/artista como uma identidade híbrida necessária para os desafios da docência na contemporaneidade. Mesmo reconhecendo que o território do que a autora chama de arte-educação no Brasil já conquistou muitas vitórias, novas batalhas são travadas, mas um ponto que não se permite abrir mão para discussão, é a percepção de que a educação em artes, em especial as artes visuais, sempre devem priorizar a qualidade.

Em consonância aos artigos que analisam o papel da arte na educação, os autores Maura Penna, Eliane Mendes, Alan Araújo Brito, Ian Bandeira Linhares, Olga Renalli Barros e Raquel Dantas Gomes Pereira trazem à baila a discussão em torno do ensino da arte sob seu aspecto musical. Com o artigo intitulado: “Programa mais

educação e a banda escolar: a atualização de uma tradição”, são analisadas as principais características do Programa Mais Educação, em especial, a sua finalidade em oferecer atividades educativas diferenciadas, para a ampliação da jornada escolar. Analisando em específico as oficinas de música, os autores procuram identificar nas escolas públicas da grande João Pessoa (PB), os benefícios referentes à socialização dos alunos, como garantia de oportunidades, por exemplo, a de se apresentarem publicamente. Diante dos dados obtidos na pesquisa, o desafio que se impõe é, de fato, o de promover uma ampliação da jornada por meio da integração de vivências e saberes, inter-relacionando o currículo formal às atividades diversificadas do programa. Dessa forma, se fosse considerada a experiência de vida dos alunos e os saberes da comunidade articulados à proposta pedagógica das escolas, aí sim, se criariam possibilidades para que os alunos pudessem desenvolver suas habilidades por meio do Programa Mais Educação.

O estudo “Planejamento de aulas de música: experiências dos acadêmicos do PIBID/Música da UNIMONTES”, de Aparecida de Jesus Soares Pereira e Waldir Pereira da Silva, apresenta as experiências de como foi elaborar e aplicar esses planos de aula com a finalidade de subsidiar os futuros professores que atuarão no ensino de música nas escolas de Educação Básica. Deste estudo, ficou evidente que as atividades de planejamento das aulas foram de fundamental importância para a formação de acervo significativo de planos que nasceram de experiências individuais e coletivas e que marcaram a prática pedagógica dos futuros docentes. Merece destaque no estudo a metodologia utilizada para a elaboração e aplicação dos planos de aulas, antes da experiência prática nas escolas. Este fato trouxe maior segurança e confiança aos futuros docentes quanto a se sentirem mais preparados para atuar em salas de aula na educação básica.

Em relação à infância como tempo favorável à construção da experiência, fundamentada nas reflexões de Walter Benjamin, Maria Angélica Cezario, no artigo: “Sobre a infância, experiência e educação em Walter Benjamin”, busca elucidar a importância dos brinquedos e dos jogos para elaboração dos significados da vida, favorecendo a construção da experiência infantil. Indo na contramão do discurso do pragmatismo pedagógico, no qual a criança é compreendida apenas como sujeito cognitivo, Benjamin procura, em sua profundidade, compreender a criança como um ser na totalidade e que faz experiência. Os brinquedos e as brincadeiras tornam-se possibilidade de recriar significados dados pelo mundo dos adultos, uma vez que favorecem a linguagem e a autenticidade nas mais diferenciadas formas de representação.

Fabiana Cláudia Viana Borges apresenta o artigo “A literatura indígena na escola: análise da obra ‘Tekoa’: conhecendo uma aldeia indígena”, trazendo para análise a obra “TEKOA: conhecendo uma aldeia indígena”, escrito por um autor indígena. Seu trabalho integra um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido no Centro Universitário Moura Lacerda, em 2016. O livro analisado permitiu uma reflexão sobre o modo de vida do povo Guarani, na aldeia Krukutu, em Parelheiros/SP, deslocando o índio de uma categoria genérica e homogênea para o sentido histórico da temática

indígena, conforme preconiza a Lei Federal 11.645/08. Assim, ao considerar a literatura indígena como um registro da memória que marca as origens e os deslocamentos dos mesmos, esta também permite uma leitura do mundo social, cultural, linguístico e religioso. Esta resignificação da “ideia de indígena” resgata também o papel da escola enquanto espaço de lutas políticas e de reflexão sobre a posição que um indígena ocupa na sociedade, produzindo assim, um deslocamento da norma e dando ao espaço escolar o sentido crítico que nele deve ser valorizado.

Finalizando, os eixos dos artigos que compõe este número, traremos agora os voltados às políticas públicas, prática e identidade docente. Em primeiro lugar, o artigo: “A atuação do supervisor de ensino no ‘Programa Ler e Escrever’ nas classes de alfabetização”, de Sirlei Bruno Munhoz Bonfim e Gisela do Carmo Lourencetti, analisa a atuação do supervisor de ensino junto a este programa, procurando esclarecer as concepções dos supervisores de ensino em relação à implementação do ‘Programa Ler e Escrever’, nas classes de alfabetização. Quanto à percepção dos supervisores sobre o programa, a pesquisa de caráter qualitativo concluiu que os supervisores podem ser caracterizados em dois grupos. No primeiro grupo, consideram que o material é bom, mas, no entanto complexo, e identificam também que os docentes resistem em estudar e preparar suas aulas. As autoras identificam que existe uma ingenuidade por parte desses supervisores em dirigir estas críticas aos professores que atuam nesta metodologia, não havendo em momento algum, julgamentos em relação à concepção política que acompanha o referido programa. Outros problemas, tais como o absenteísmo docente e os fatores psicológicos e sociais que, segundo os supervisores interferem na aprendizagem do aluno, são indicados como limitadores ao desenvolvimento do programa, ganham maior relevância que as questões relativas a precária condição de trabalho docente. Contrapondo-se a esta visão, outros supervisores entrevistados parecem ter uma forma mais ampla de ver a questão, ao criticar o contexto político e educacional atual, demonstrando a importância de se investir na carreira docente, não somente em melhorias salariais, mas na formação para que o professor desempenhe bem sua função.

Érico Lopes Pinheiro de Paula, Helena de Ornellas Siveiri-Pereira e Wagner Roberto Batista no artigo “Identidade docente na Educação Básica: um estudo de caso”, procuram identificar por meio de uma pesquisa quanti-qualitativa, os atributos de cada perfil docente de um município de Minas Gerais, em função da amostra obtida. Com esse objetivo, seria possível mostrar os traços identitários marcantes destes profissionais e como estes dados podem ser utilizados para a definição de critérios a serem empregados nos processos de formação continuada. Dentre os dados obtidos, destacamos, por exemplo, no que diz respeito a faixa etária dos professores efetivos, que o grupo compõe-se basicamente de adultos acima de 36 anos, com baixa entrada de jovens graduandos. Essa situação é inversa ao que ocorre entre os temporários e emergenciais, conforme registrado nas observações assistemáticas. Nesse grupo, os dados acompanham os resultados encontrados no resto do Brasil, onde segundo dados do DIEESE, ao final da série histórica de 2013, que apenas 21,5% dos docentes têm

menos de 25 anos. Outra informação apresentada é que o número de profissionais na escola pública com idade superior a 40 anos subiu de 39,4%, em 2002, para 46,1%, em 2013. Esta é apenas uma amostra dos dados obtidos pelos autores e que são detalhadamente apresentados no artigo.

Tayson Ribeiro Teles apresenta suas considerações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 – CRFB 1988, no que diz respeito a atuação estatal no fomento a educação profissionalizante, no artigo intitulado: “Artigo 39 da LDB e 205 da CRFB/88: a atuação estatal no fomento a Educação Profissional, a ciência e tecnologia de 2002 a 2014”. Partindo da análise do investimento do Governo Federal no processo de formação da mão-de-obra, fundamentado no artigo 39 da LDB, o autor identificou aspectos enviesados presentes nesse processo de formação. No recorte apresentado de 2002 a 2014, o mesmo conclui que o Governo Federal engendrou inúmeras ações políticas a favor da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), objetivando a qualidade da educação profissional. O desafio que o autor deixa para posterior pesquisa é analisar e verificar o cumprimento da meta da fase III do Plano Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de verificar quais objetivos foram perquiridos e quais não obtiveram sucesso.

Esperamos que os artigos apresentados contribuam para as experiências e saberes docentes e incentivem a continuidade das reflexões em torno da área da educação.

Profº Drº Paulo Cedran
Professor do PPGE – Mestrado do CUML